

## Ata de Reunião do GT REGULATÓRIO ABIHV

**Participantes:** Fernanda Delgado (ABIHV), Daniela Pizzo (FFI), Andre Bueno (FFI), Jamile Brunhara (FFI), Alexandre Grozmann (EE), Ana Carla Gomes Petti (Comerc), Felipe Grez (FRV), Kawe Chiea (Serena), Rodrigo Santana (Atlas Agro), Camila Nunes (Voltalia), Diego Aspee (Serena), Fernanda Zardo (Casa dos Ventos), Gabriela Oliveira (Atlas Agro), Dalila Hemckmeier (Engie) e Tatiane Pinho Teixeira (Vale).

**Convidados:**

**Reunião # 15**

**Data:** 16/01/2023

**Local:** Teams - online

### Pauta e decisões

Tema	Decisão
<p><b>Minuta Anteprojeto de Lei do H2 da Câmara dos Deputados (PL 2308/23)</b></p>	<p>Foram apresentadas ao grupo as respostas da enquete realizada sobre os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Extensão do benefício de ZPE somente para a produção de fertilizante nitrogenado ou para outros setores considerados estratégicos, ainda que fora da ZPE. Com o resultado da enquete, o grupo decidiu, por maioria, que o texto da Atlas Agro, o qual estende o benefício aos fertilizantes, será enviado ao conselho para tomada de decisão.</li> <li>• Incentivos: desconto 100% de Tust, isenção de encargos e créditos de 30 R\$/MW de energia renovável. O resultado da enquete não foi claro quanto ao “pacote” de incentivos a ser proposto. Em razão disso, definimos que os temas deverão ser apresentados em emendas separadas para que a rejeição de um incentivo não inviabilize a aprovação dos demais. Conselho deverá decidir qual “pacote de incentivos/emendas” será ser proposto.</li> <li>• Como não houve consenso em relação à redação do pedido de desconto de TUST, vamos recircular no grupo as redações disponíveis para reavaliação.</li> <li>• O escritório Rolim será acionado para opinar / ajudar a aprimorar a redação relacionada a Tust.</li> <li>• Diego (Serena) propos trabalhar numa proposta de nivelamento dos incentivos (tanto em GWs quanto em duração) para que o custo final o H2V seja mais uniforme.</li> <li>• Sobre os limites (mín-máx) de isenção de encargos sobre a energia em GW, o grupo</li> </ul>

decidiu na enquete pela apresentação de pelo menos uma proposta com 14 GW (baseado no estudo de impacto realizado pela ABIAPE). Não chegamos a um consenso quanto à proposta alternativa. Entendimento comum é que qualquer valor a ser proposto tenha uma fundamentação adequada.

- Serena (Diego Aspee) ponderou sobre a necessidade de nivelamento dos benefícios discutidos nas diversas emendas, sob pena de flutuação de custos do H2V a ser produzido no Brasil;
- Considerando a janela de tempo no Congresso, as emendas devem ser fechadas o mais rápido possível (ideal próximo GT) para ir a Conselho.

**Ações acordadas:**

- (i) Quanto à emenda 1 (taxonomia): vamos aprofundar os estudos (todos) e a Engie irá entrar em contato com os especialistas da ABH2 a fim de convidá-los para explicar/apresentar o tema antes de fazer qualquer alteração na proposta de emenda;
- (ii) Quanto à emenda 2 (indução e demanda): GT foi unanime quanto à sua pertinência, de forma que esta proposta está pronta para seguir para aprovação do Conselho.
- (iii) Quanto à emenda 3 (ZPE): Com o resultado da enquete, o grupo decidiu que o texto da Atlas Agro, que sugere acerca da extensão do benefício aos fertilizantes, será enviado ao conselho para tomada de decisão. Quanto à extensão da ZPE, o grupo decidiu no debate do dia 9/01/2024 pela manutenção dos 30 (trinta) km.
- (iv) Quanto às emendas 4 e 5 (redução de encargos, crédito de R\$ 30/MWh e desconto de TUST): Em consenso, o grupo decidiu que as emendas deverão ser apresentadas separadas, por incentivo, para que eventual rejeição de um incentivo não inviabilize os demais. Vamos recircular as redações de TUST já propostas para nova análise pelo grupo. Serena irá

	<p>trabalhar numa proposta de nivelamento dos incentivos. Escritório Rolim será acionado para opinar em relação à estratégia e textos. O resultado destas ações deve ser submetido ao Conselho ao final do próximo GT;</p> <p>(v) Quanto à emenda 6: tema não é prioritário, grupo deverá reavaliar e decidir no próximo GT.</p>
<p><b>Debentures de Infraestrutura</b></p>	<p>Foi informado ao grupo a promulgação Lei 14.801/24 com a previsão de emissão de debêntures de infraestrutura como novo mecanismo de débito capaz de impulsionar projetos de H2V. Fizemos uma breve comparação entre as debentures incentivadas (Lei 12,432/11) e as debentures de infraestrutura. Foi ponderada a importância da inclusão do H2V nos setores autorizados a emitir essas debêntures na regulamentação da lei que deve ocorrer nos próximos 30 dias</p> <p><b><u>Ações acordadas:</u></b></p> <p>(i) Será circulado entre os associados a manifestação realizada pelo Rolim pleiteando a inclusão de H2V entre os projetos aptos à emissão das debêntures. Grupo deve fazer as ponderações necessárias em <u>caráter de urgência</u>, pois a lei será regulamentada em 30 dias.</p>
<p><b>Proposta de incentivo por Kg/H2V</b></p>	<p>A FFI apresentou estudo relacionado a uma nova proposta de incentivo na forma da concessão de crédito de xx BRL/Kg de H2V produzido. Isso seria oportuno para neutralizar as críticas decorrentes de incentivos atrelados à CDE ou ao setor elétrico.</p> <p>Foi ressaltado que, no momento, as empresas não devem se ater ao valor dos créditos apresentados pela FFI, mas ao mecanismo em si.</p> <p>Foi ponderado que neste momento, mudar a proposta de incentivo para KG pode causar tumulto, tendo em vista as emendas em discussão. Devemos tatear o tema junto ao parlamento. De qualquer forma, é válido nos municiarmos deste estudo a fim de nos prepararmos caso as propostas de incentivos já em debate não tenham sucesso ou se tornem inviáveis.</p> <p><b><u>Ações acordadas:</u></b></p>

	(i) Empresas interessadas devem analisar a proposta de transformar o incentivo por Kg de H <sub>2</sub> V produzido e realizar estudos próprios para debate nas próximas reuniões.
<b>Minuta Anteprojeto de Lei do H<sub>2</sub> do Senado</b>	Não houve tempo hábil para apresentação das contribuições realizadas nas emendas.
<b>Outros</b>	N/A